

SOCIEDADE MEDICALIZADA: infância capturada

Selma Regina Gomes¹

RESUMO: Este artigo integra um estudo teórico sobre medicalização da educação e da sociedade. Tem como objetivo refletir, a partir de algumas construções teóricas de Michel Foucault, o avanço contemporâneo de práticas medicalizantes, no contexto escolar, sustentadas por um discurso biologizante para explicações referentes a problemas de escolarização. Problematisa-se o processo pelo qual o saber médico perde suas fronteiras e é incorporado no âmbito escolar como único discurso possível de explicação para o não aprender. Enfatiza-se a escola, o diagnóstico e a medicação como dispositivos de captura da infância no jogo do poder disciplinar. A infância é aqui entendida na perspectiva de Philippe Ariés como uma construção social.

Palavras-chave: Medicalização. Infância. Foucault.

ABSTRACT: *This article is part of a theoretical study on medicalization of education and society. It aims to reflect, from some theoretical constructions by Michel Foucault, the contemporary advance of medicalizing practices in the school beginning, supported by a biologizing discourse for explanations related schooling problems. The process by which medical knowledge loses its borders and is incorporated into the school environment as the only possible discourse of explanation for not learning is problematized. School, diagnosis and medication are emphasized as devices for capturing childhood in the game of disciplinary power. Childhood is understood here from Philippe Ariés' perspective as a social construction.*

Keywords: Medicalization. Childhood. Foucault.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Que aproximações podemos fazer, a partir de proposições de Foucault, para compreendermos o processo de medicalização que se naturalizou como prática na escola contemporânea? Prática esta ancorada na produção de diagnósticos que supostamente identificam patologias comportamentais e intelectuais em crianças e jovens. Um dispositivo de produção de subjetividades, voltado para a docilização dos corpos, que captura a criança, em idade escolar, cujas respostas às demandas da escola são consideradas inadequadas. Com o objetivo de refletir o avanço contemporâneo de práticas medicalizantes no contexto escolar, fez-se uma visita a algumas construções teóricas de Michel Foucault para problematizar o processo pelo qual o saber médico perde suas fronteiras e é incorporado no âmbito escolar como único discurso possível de explicação

¹Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2019). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas. Responsável nessa instituição pelo grupo de pesquisa Sociedade Psiquiatrizada Avançada: movimentos sociais de resistência a psiquiatrização na atualidade. E-mail: psicoreg@gmail.com.

para o não aprender. Enfatiza-se a escola, o diagnóstico e a medicação como dispositivos de captura da infância no jogo do poder disciplinar, referenciando Philippe Airès para argumentar que a infância é uma construção social.

Foucault (1979, p. 8) teorizou sobre a temática da medicalização para “[...] mostrar como, a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder”, ou seja, como se instaurou um modo específico de investimento político e detalhado do corpo (da vida), um processo técnico que na base da sociedade configurou as relações de força e dominação. Relações estas representadas a partir do que Foucault denominou microfísica do poder para explicar as práticas de poder instaladas no cotidiano dos indivíduos, que funcionavam e se exerciam por meio de uma rede de dispositivos e mecanismos que atravessavam toda a existência humana. Com o conceito de biopoder, Foucault demonstrou como a vida dos indivíduos se tornou, a partir da metade do século XVIII e início do século XIX, uma prioridade da sociedade moderna e alvo de uma engrenagem disciplinar sutil e quase imperceptível configurada para vigiar e punir tudo e todos que se afastassem dos padrões de normalidade estabelecidos. O biopoder é visto como um poder normalizador cujo propósito é administrar a vida por meio da utilização de ferramentas de regulação e correção que agem ininterruptamente sobre a vida das pessoas.

Emergiu um mecanismo de poder disciplinar que, ao mesmo tempo em que individualizava o ser humano, o colocava como parte de uma coletividade que deviria ser preservada e sustentada, com a finalidade de manter uma produtividade positiva, tanto do ponto de vista social como econômico. Para a sustentabilidade desse mecanismo de poder, instituições e saberes foram requisitados, como os da escola, da medicina, do direito, que se configuraram, na visão deste filósofo, como dispositivos disciplinares de controle “[...] onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos.”(FOUCAULT, 1987, p. 174). Apesar de não fazer uso sistemático do termo medicalização (GAUDENZI; ORTEGA, 2012), Foucault fez uma reflexão com relação ao poder disciplinar emanado do que se denominou “tecnologia disciplinar”, por meio da qual o indivíduo e a coletividade, a partir de práticas discursivas quanto à verdade (no direito, no exército, na escola, na medicina), são submetidos a um exercício de poder em nome da

produção de riquezas. Um poder que para Foucault (2005, p. 40) deve ser analisado “a partir das técnicas e táticas de dominação”.

A segunda metade do século XVIII serviu de palco para o surgimento de uma lógica de poder que incidia sobre os corpos dos indivíduos, suas condutas, em busca de uma produção necessária ao fortalecimento político e econômico do Estado, um poder “[...] cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita” (Ibid., p. 42). “[...] Primeiramente, o investimento era feito sobre o indivíduo por intermédio da ação sobre o biológico e, posteriormente, controlavam-se as consciências e ideologias” (GAUDENZI; ORTEGA, 2012, p. 22). Trata-se de um poder diferente daquele exercido pelo soberano e avalizado pela Igreja (Idade Média), em que o direito sobre a vida e a morte do indivíduo não lhe pertencia, mas existia como um atributo fundamental do poder soberano. Uma nova tecnologia de poder, analisada por Foucault, a partir do crescimento da industrialização e da força de trabalho como elementos fundamentais para a consolidação das forças do Estado, que se fez necessária para a regulação, normatização de comportamentos do indivíduo e da sociedade. A noção de biopolítica caracteriza esta nova forma de regulação exercida na sociedade, enquanto a noção de biopoder representa o investimento de uma tecnologia disciplinar, social e moral, dos corpos.

Houve uma priorização, por parte do Estado, em combater doenças e em levar o indivíduo a se responsabilizar pela adoção de hábitos saudáveis, tanto do ponto de vista moral como do ponto de vista físico. A medicina social (FOUCAULT, 1977) se insere neste cenário como colaboradora na promoção de medidas sociais relacionadas a saúde/doença, fundadas em ações de educação sanitária, de higiene individual e coletiva, formação de caráter e cuidado com o corpo. Celebra-se com isto a intencionalidade do poder de investir sobre a vida. Com relação a isto, Foucault (1979) desenvolveu o argumento de que a medicina social seria uma estratégia de manipulação do corpo individual e coletivo. Portanto, a medicalização sob a perspectiva de Foucault apontou para o momento em que a vida entrou no *cálculo político, no cálculo do poder* (BEZERRA JR, 2014). As sociedades modernas se tornaram disciplinares, tendo o Estado como regulador político e a medicina como um elemento de regulação da vida dos indivíduos e da coletividade. O conceito de saúde, ampliado para além do sofrimento físico, incorporou a noção de bem-estar físico,

mental e social, o que levou a mudanças na prática da medicina, cujas consequências imbricaram numa ampliação dos comportamentos entendidos como patológicos e passíveis de intervenção médica.

A medicina social como estratégia biopolítica, amparada pelo saber científico, assumiu sua função normatizante, “[...] pela qual se definem os limites do normal e anormal” (ZORZANELLI; ORTEGA; BEZERRA JR, 2013, p. 1861) e a ela foi dado o poder de examinar e classificar os indivíduos, de higienizar a sociedade. A medicalização como dispositivo disciplinar se configurou como uma estratégia de constituição do sujeito individual e coletivo:

La medicalización, es decir, el hecho de que la existencia, la conducta, el comportamiento, el cuerpo humano, se incorporaran a partir del siglo XVIII en una red de medicalización cada vez más densa y amplia, que cuanto más funciona menos se escapa a la medicina (FOUCAULT, 1977, p. 4).

Desta forma, os estudos sobre medicalização sob a perspectiva de Foucault, dizem respeito às estratégias disciplinares que se fizeram necessárias para o crescimento econômico na Europa Ocidental, no final do século XVIII e início do século XIX, ligadas à organização política, econômica e social dos Estados. Doença e saúde se tornaram questões de prioridade para a constituição de um Estado forte financeira e politicamente e a medicina, articulada a esses interesses passa a assumir o status de reguladora e normatizadora da saúde da população, que precisava estar saudável para contribuir, como força de trabalho, com o crescimento do Estado. Esta forma de compreensão do processo de medicalização, fez parte do que Foucault denominou economia da saúde, referindo-se a uma maneira específica de gestão da vida por meio da qual o poder político e o poder médico, amparados por um suposto conhecimento científico, adotaram uma posição normativa na gestão da existência humana, gerenciando ininterruptamente as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade.

É importante ressaltar que esse processo de medicalização ganhou outros adeptos à medida em que as demandas por diagnósticos e tratamentos aumentou. Peter Conrad (2007), um sociólogo norte-americano, se dedicou à compreensão do fenômeno da medicalização na atualidade, afirmando que para além do imperialismo médico, a medicalização foi uma forma de ação coletiva, defendendo a ideia de que os médicos não estão simplesmente criando novas categorias nosológicas, a mobilização de agentes

externos à medicina contribuíram para o surgimento de novas categorias de doenças. Movimentos sociais, organizações representativas de pacientes, o próprio paciente, ao reivindicarem diagnóstico para os problemas que os afligiam; a indústria farmacêutica, atenta às novas demandas com relação ao sofrimento físico e mental, investindo cada vez mais nos estudos e produção de medicamentos; e empresas de seguro saúde, que reivindicavam diagnósticos para cobertura de tratamento de problemas sociais cada vez mais recorrentes, também tiveram uma parcela de contribuição neste processo.

Para ele, na década de 1990, a medicina dividiu espaço com agentes externos nas determinações referentes à saúde da população, tais como a indústria farmacêutica, a mídia, as associações que defendem os direitos de pacientes específicos, os leigos, as agências seguradoras de plano de saúde, todos reivindicando categorias diagnósticas e tratamento para os seus problemas. Conrad (2007) apresentou alguns estudos de casos que comprovaram que a medicalização vem crescendo e abrangendo um maior número de categorias diagnósticas, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, antes relacionado a crianças muito ativas, agora também pode ser diagnosticado em adultos; a andropausa, disfunção erétil e a calvície nos homens, com o crescente interesse pelo tratamento, expresso não só no âmbito da medicina, mas da mídia e indústria farmacêutica; e o uso de hormônio do crescimento e medicamentos para melhoria de desempenho cognitivo.

Com relação a este crescimento desenfreado de diagnósticos, esse autor considerou difícil pensar em uma diminuição da medicalização e lançou um questionamento sobre como esse processo afetará a sociedade e como ela irá lidar com consequências como: consumo exagerado de psicofármacos administrados em tratamentos para o sofrimento psíquico; a proliferação de categorias diagnósticas de transtornos mentais; a cultura do corpo saudável, que leva à busca desenfreada pela cura por meio de medicamentos, exageros no culto ao corpo perfeito; o diagnóstico da dificuldade no processo de aprendizagem embasado em uma visão biologizante e individualizante; o alto número de crianças e adolescentes matriculados no sistema de ensino diagnosticadas com transtornos mentais; Paralelo a esse crescente aumento, em nível internacional, do processo medicalização da educação e da sociedade, cresce um movimento de resistência a esse tipo de racionalidade gestada e fomentada no campo da biomedicina e psiquiatria, reforçada

pela adesão progressiva de profissionais das áreas da psicopedagogia, fonoaudiologia, psicologia e da educação, de indústrias farmacêuticas, associações representantes de pessoas com deficiência e o próprio cidadão, reivindicando categorias diagnósticas para seu sofrimento físico ou psíquico.

A INFÂNCIA NÃO ESCAPA AO PODER DISCIPLINAR

Em que momento a infância entrou no jogo de interesse do poder disciplinar? Qual a posição da escola nesse processo e qual a sua relação com a medicalização da vida? A medicalização entendida como um fenômeno representativo do alargamento das fronteiras de ação do saber médico, deflagra um discurso individualizante e biologizante para explicar as condutas consideradas desviantes, incidindo sobre o sujeito a responsabilidade pelos supostos “desvios” tanto comportamental como intelectual. O mundo contemporâneo, constituído na agitação globalizada que movimentava mentes e corpos ininterruptamente na falácia produtiva de construir um mundo melhor, imputa ao ser humano condições psíquicas e comportamentais que facilmente são interpretadas como patologias. O diagnóstico e os fármacos entram como ferramentas de regulação e correção, das quais nem mesmo as crianças escapam.

Nesse contexto, questiona-se hoje o aumento de diagnósticos relacionados a questões da vida diária considerados como uma patologia, principalmente em crianças que supostamente apresentam condição física, moral e intelectual que se distancia do padrão de normalidade estabelecido, portanto demandam um tratamento, frequentemente medicamentoso. Parece fundamental compreender como esta racionalidade, fundada no saber médico, adentrou o ambiente da escola de forma balizar a concepção sobre o desempenho intelectual e comportamental dos diversos profissionais envolvidos na educação de crianças. Para isto é necessário identificar como se deu a construção do ser criança.

Assim como a sociedade passa por mudanças em sua organização política, econômica, cultural e educacional, também os modos de ser criança se modificaram ao longo dos tempos. Nesse movimento a escola foi a instituição capturada para promover individualizações disciplinares e a docilização dos corpos e das mentes. Ao fazer uma

recuperação histórica da posição da criança em relação à família e a sociedade, destacando o papel da escola, Philippe Ariès (1978, p. 11) nos diz que “[...] a partir do fim do século XVII [...] a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles.” Seria aí o momento da emergência da infância na modernidade ocidental e talvez o momento em que ela passou a ser alvo de vigilância “[...] a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena era a escola, o colégio.” (ARIÈS, 1978, p. 11).

Para esse autor, a modernidade trouxe dois sentimentos fundamentais para a construção do conceito de cuidado da infância: o sentimento de paparicação - a criança enquanto objeto de diversão para os adultos, passa a despertar o interesse com vistas a preservar sua inocência contra a corrupção do meio; e a suscitar o sentimento de moralização com vistas a fortalecer o caráter e a razão. Ainda segundo esse autor, as transformações políticas, econômicas e culturais de que foi palco a modernidade, regadas pelo projeto iluminista, colocou a criança sob o vislumbre do Estado, da ciência, da moral, da religião e da família. O ‘apartar’ da criança do mundo dos adultos e a segregação da mesma em instituições afastadas da família, com o objetivo de educá-las para se tornarem adultos produtivos e racionais, gerou uma série de verdades e práticas sobre o ser criança. Tais verdades serviram de parâmetro para definir o normal e o anormal com relação ao desenvolvimento social e intelectual da criança.

O que representaria, então, o início da captura da infância, que considerada frágil e dependente, deveria estar submetida a um processo de moralização, de vigilância e disciplina com relação à maneira de ser, de se comportar e por que não dizer, de pensar “[...] começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias e ao qual se dá o nome de escolarização” (ARIÈS, 1978, p. 11). As instituições escolares, com suas estratégias de vigilância, se tornaram um meio eficaz de disciplinarização. “[...] Houve um investimento na moralização e o início de um processo de normalização das crianças que ocorreu, entre outras formas, por meio da educação.” (MORUZZI, 2017, p. 282).

MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

De que forma podemos compreender, na relação com esse jogo de captura dos corpos, o processo de medicalização da educação? Parece importante refletir sobre a ideia de normalidade historicamente construída em cumplicidade com um projeto de sociedade, de sujeito ideal, valorizado por sua utilidade física e intelectual, ou seja, sua capacidade de atuar produtivamente e contribuir com o desenvolvimento e o progresso. E nesta perspectiva é impossível não alinhar toda esta construção ao ideal produtivista da sociedade capitalista. É possível extrair da leitura de Foucault que a lógica capitalista estabelece um regime disciplinar sutil e se torna punitiva, manipulando o sujeito para que ele seja dócil e útil:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Por via desse minucioso controle disciplinar os sujeitos que não se encaixam nos padrões estabelecidos pela lógica da normalidade são categorizados como inadequados ou doentes. “O poder da norma surge nas disciplinas e o que é normal se estabelece como princípio de coação em mecanismos de sanções normalizadoras.” (COLOMBANI, 2016, p. 114). Na contramão destas sanções normalizadoras existe um movimento de resistência por parte daquele que é estigmatizado, caracterizado pelos afrontamentos, estratégias de fuga que podem ser categorizadas pela escola como sintomático de alguma transgressão. Na esteira desta realidade patologizante presencia-se na contemporaneidade a onda alarmante de diagnósticos de escolares e tratamentos medicamentosos ligados a condições e condutas de cunho social, considerados como doença, sem levar em consideração as condições socioculturais envolvidas no processo. Os problemas na escolarização entraram para o rol dos males que afligem a sociedade, não como uma questão educacional, mas como uma questão de saúde. E como tal, não há alternativas pedagógicas que deem conta do “problema”, sem a ajuda do profissional da saúde. O saber médico pode bem ser pensado como um tipo de força que opera na produção desta realidade sobre o normal e o patológico.

Nesta perspectiva parece certo refletir a medicalização como um processo de subjetivação por meio do qual se institucionaliza a diferença e os comportamentos desviantes como uma patologia. Pesquisadores como Collares e Moysés (2016), Colombani

(2016). Barbiani et al. (2014), Conrad (2007) se dedicam hoje a denunciar o processo de medicalização que assumiu contornos mais complexos e ampliados, mas que continuam com a mesma característica individualizante de sempre. Suas reflexões apresentam como a relação entre doença e saúde configurou e desencadeou, no mundo moderno e contemporâneo, uma série de ações e investimentos, políticos, sociais e científicos, no sentido preventivo e terapêutico, muitas vezes medicamentoso, na condução de situações em que comportamentos considerados desviantes e desempenho escolar, foram tratados como uma condição de origem orgânica que demanda tratamento clínico. Uma situação que colocou em destaque a atuação da medicina e suas especialidades, principalmente a psiquiatria, em função do papel hegemônico que a área da saúde assumiu ao longo dos tempos, na determinação do que é saudável e do que é patológico.

Percebe-se aí a validação de um mecanismo de coerção das supostas condutas transgressoras, que tem se naturalizado como prática no cotidiano escolar e vem se materializando no diagnóstico precoce evidenciado na dinâmica de encaminhamento de estudantes para a área da saúde, por terem sido identificados pela escola como tendo comportamentos inadequados e baixo desempenho escolar.

A palmatória tradicional que era usada como instrumento de violência para corrigir os “desobedientes”, deu lugar à palmatória química que com o mesmo objetivo opera para silenciar o corpo e dominar a alma, não mais com agressões físicas aparentes, mas com uma lógica capitalista que violenta simbolicamente e desconsidera os problemas sociais e políticos. (COLOMBANI, 2016, p. 194).

Da mesma forma que esta afirmação pode e deve ser encarada como uma verdade, ela aponta para uma realidade cruel que está por trás da medicalização da educação, da estigmatização do diferente, que é o crescimento da indústria farmacêutica, que amparada pela visão individualizante de saúde, amplia seu interesse a todo tipo de sintomas que envolvam a saúde, a beleza, a adaptação a padrões e encontra terreno fértil para produção de fármacos, não só para pessoas que realmente necessitam, mas para pessoas saudáveis em busca de alternativas de um corpo “perfeito”, aumentar a atenção e a produtividade mental, diminuir o cansaço, entre outras tantas condições da existência humana que antes não pertenciam à jurisdição médica, como é o caso dos problemas de escolarização.

Por trás da valorização da saúde e do corpo, mais que a preocupação com uma sociedade saudável, escamoteia-se o interesse financeiro. Este processo tem raízes ancoradas na produção de saberes sobre o corpo (biológico) entendido como uma entidade físico moral a ser ajustada aos padrões de normalidade. A patologização de condutas cotidianas, tanto no âmbito social como no âmbito educacional, está ancorada na produção de verdades sobre o corpo (biológico) e sua forma de funcionamento, uma entidade físico moral a ser ajustada aos padrões de normalidade. Um mecanismo eleito para este ajuste tem sido o uso de medicação psiquiátrica. Modos sutis de controle imprimidos agora por um novo tipo de capitalismo, globalizado e pós-industrial, amparados na tecnociência dedicam-se à produção de cuidado e saúde, não só para o adestramento de corpos, mas na produção da própria vida como fonte de valor. Nesse contexto a medicalização da vida e a prescrição de psicofármacos, acompanhadas de novas classificações nosográficas e do uso crescente de medicamentos, mesmo na ausência de uma doença, caracterizam as novas demandas referentes a estilo de vida saudável, implicando que todas as vivências e sintomas sejam esquadrihados, classificados e submetidos à ação da medicina. No âmbito educacional a visão patologizante e biologizante do comportamento humano, marca da interferência da racionalidade biomédica no interior da escola, se faz presente por meio de diagnósticos, rótulos estigmatizantes, reforçando a busca por respostas aos problemas escolares nas características e condições da criança em desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste texto refletir a respeito de como Foucault se dedicou a fazer a análise crítica de uma sociedade disciplinar que emergia, com o objetivo de controle dos corpos (da vida) em prol do desenvolvimento produtivo do Estado enquanto Nação, tendo como aliada a medicina, que amparada em um suposto conhecimento científico construiu um arcabouço de regras e normas determinantes de um comportamento supostamente saudável e útil. A Educação, capturada para servir ao projeto político-econômico desta sociedade disciplinar, a capitalista, apresenta uma realidade em que foi obrigada a outorgar sua ação pedagógica a saberes de outras áreas do conhecimento e à lógica do mercado. Uma configuração de ordem político epistemológica pautada em uma visão

biologizante e individualizante, que responsabiliza o ser que aprende e se relaciona por seus fracassos e sucessos, desconsiderando aspectos socioculturais atinentes às relações sociais e ao processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Paradoxalmente, medicina e educação, cujas bases primordiais estão ancoradas na promoção da qualidade de vida, da participação cidadã por meio do conhecimento pleno, edificam um trampolim para o controle social e materializam a lógica do disciplinamento e das desigualdades sociais. A escola e a clínica se transformam em um espaço de controle e monitoramento do normal e do patológico, numa ação constante de vigilância, detectando, avaliando e diagnosticando condutas e desempenhos, não deixando escapar uma simples agitação, manifestação afetiva ou relação conflitiva com as normas e saberes escolares. Tudo que destoa do padrão é visto como anormal, um transtorno, uma doença que precisa intervenção da área médica ou especialidades afins. Nesse contexto, o diferente, por que não dizer, sob uma nova formatação do suplício de outrora (FOUCAULT, 1987), é marcado não pelo ferro, mas pelo estigma de um suposto transtorno validado não pelo poder soberano, mas por um poder supostamente científico que legitima o diagnóstico, que pune não pela exposição, mas pela química.

Considera-se importante frisar que para falar desta temática, na contemporaneidade, de forma a dar conta da complexidade que circula em torno desta questão é preciso reconhecer as tramas de uma lógica que classifica, ordena e expressa uma sociedade que se funda em um princípio ideológico de normalidade. Crianças que receberam um diagnóstico, por experienciarem uma condição diferente de estar no mundo, carregam este rótulo, são capturadas, estigmatizadas, o que representa uma série de desdobramentos impactantes para a vida das mesmas. A maneira com que crianças e jovens, cada vez mais precocemente, vêm sendo capturadas em uma prática que patologiza o não aprender e/ou o ser diferente, incomoda e exige de nós um posicionamento político e ético.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. História Social da Criança e da Família e da Família. Rio de Janeiro:LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BARBIANI, R. et al. Metamorfoses da medicalização e seus impactos na família brasileira. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24 [2]: 567-587, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000200013>. Acesso em 29/11/2018.

BEZERRA JR, B. Medicalização: genealogia e controvérsias atuais. São Paulo: Unifesp. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y9glWyb__hc>. Acesso em: 13 janeiro 2018.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M.A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo ensino-aprendizagem. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. Medicalização de crianças e adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 193 – 213.

COLOMBANI, F. Medicalização Escolar e o Processo Normatizador da Coação Adulta: a era da palmatória química em uma sociedade hiperativa. 2016. 253f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2016.

CONRAD, P. The medicalization of society: On the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: Johns Hopkins University Press; 2007.

FOUCAULT, Michel. Historia de la medicalización. Segunda conferencia dictada en el curso de medicina social que tuvo lugar en octubre de 1974 en el Instituto de Medicina

Social, Centro Biomédico, de la Universidad Estatal de Río de Janeiro, Brasil. Revista Educación médica y salud, v. 11, n. 1, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. The statute of medicalization and the interpretations of Ivan Illich and Michel Foucault as conceptual tools for studying demedicalization. **Interface -Comunic., Saúde, Educ.**, v. 16, n. 40, pp. 21-34, jan./mar. 2012.

MORUZZI, A. B. A Infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 22, n. 2, p. 279-299, maio/ago. 2017.

ZORZANELLI, R. T.; ORTEGA, F.; BEZERRA JR, B. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Cien. Saúde Colet.**, v. 19, n. 6, p. 1859-68, 2014.